

O BANCO MUNDIAL E A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO ACRE

Mark Clark Assen de Carvalho¹
Jean Mauro de Abreu Morais²
Sérgio Roberto Gomes de Souza³

Resumo: Este artigo analisa o papel do Banco Mundial na formulação de políticas educacionais no Acre, efetivadas no contexto das reformas do Estado durante os governos da Frente Popular (1999-2010). Trata-se de uma pesquisa de base qualitativa e análise documental, centrada no corpo de documentos produzidos nos acordos de cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Mundial. Utiliza como ferramenta de análise a Abordagem do de Ciclo de Políticas, notadamente os contextos da influência e da produção de textos. Como resultado, a análise evidencia que as reformas foram concebidas na perspectiva de um Estado gerencialista, sob forte influência da Nova Gestão Pública. Conclui-se que, no caso das políticas de bonificação efetivadas no Acre, por exemplo, o gerencialismo funcionou como orientador na definição das políticas públicas educacionais, garantindo, assim, maior controle sobre a gestão e a organização do trabalho docente.

Palavras-chave: Reformas Educacionais no Acre; Organismos Internacionais; Política Educacional; Sistema Público de Ensino.

THE WORLD BANK AND THE FORMULATION OF EDUCATIONAL POLICIES IN THE STATE OF ACRE

Abstract: This article examines the role of the World Bank in shaping educational policies in the state of Acre, Brazil, within the broader context of state reforms undertaken during the administrations of the Frente Popular do

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com Estágio Pós-Doutoral realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA); Professor Titular do Centro de Educação, Letras e Artes da UFAC; Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC e do Doutorado em Educação da Rede Educante/UFPA; E-mail: markassen@yahoo.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0736995836464424>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3638-9719>.

² Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGDEA)/Doutorado em Rede (Educante/ Polo Belém), da Universidade Federal do Pará (UFPA); Professor da Educação Básica da rede estadual de educação do Acre; E-mail: jean.mauro@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9542326670912646>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7594-7870>.

³ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Associado na Universidade Federal do Acre - Brasil; Professor Permanente do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História; Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Educação; E-mail: sergio.souza@ufac.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5472706589801219>; Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2550-9984>.

Acre (Popular Front of Acre) between 1999 and 2010. Drawing on qualitative and documentary research, it focuses on the corpus of documents produced through cooperation agreements signed between the Government of Acre and the World Bank. The study is guided by the Policy Cycle Approach, particularly the contexts of influence and text production. The analysis reveals that these reforms were conceived through a managerialist lens, deeply influenced by the principles of New Public Management. In the case of the bonus policies implemented in Acre, managerialism functioned as a key orienting framework in defining public educational policies, thereby ensuring tighter control over school management and the organization of teachers' work.

Keywords: Educational Reforms in the State of Acre; International Organizations; Educational Policy; Public Education System.

EL BANCO MUNDIAL Y LA FORMACIÓN DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM EL ESTADO DE ACRE

Resumen: Este artículo analiza el papel del Banco Mundial en la formulación de políticas educativas en Acre, implementadas en el contexto de las reformas del Estado durante los gobiernos de la Frente Popular (1999-2010). Se trata de una investigación de base cualitativa y análisis documental, centrada en el conjunto de documentos producidos en los acuerdos de cooperación celebrados entre el Gobierno del Estado de Acre y el Banco Mundial. Utiliza como herramienta de análisis el Enfoque del Ciclo de Políticas, en particular los contextos de influencia y producción de textos. Como resultado, el análisis pone de manifiesto que las reformas se concibieron desde la perspectiva de un Estado gerencialista, bajo la fuerte influencia de la Nueva Gestión Pública. Se concluye que, en el caso de las políticas de bonificación aplicadas en Acre, por ejemplo, el gerencialismo sirvió de orientación en la definición de las políticas públicas educativas, garantizando así un mayor control sobre la gestión y la organización del trabajo docente.

Palabras clave: Reformas educativas en Acre; Organismos internacionales; Política educativa; Sistema público de enseñanza.

SITUANDO A QUESTÃO

O Estado do Acre se localiza no extremo oeste da região amazônica, fazendo fronteira com os estados do Amazonas e Rondônia, tendo como limites territoriais países como o Peru e a Bolívia. De acordo com o Censo 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Acre tem uma população estimada de 830.018 habitantes, o que o torna o 25º estado brasileiro em densidade populacional e o 5º na Região Norte, estando à frente

apenas dos estados do Amapá e Roraima; apresenta densidade demográfica de 4,47 hab./km² e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,663, tornando-o o 21º do país, à frente de estados como Bahia, Paraíba, Pará, Piauí, Maranhão e Alagoas.

Com vasta extensão territorial, 164.173,431 km², sendo o 16º estado brasileiro em tamanho de território, o Acre, até à promulgação da Lei n.º 4.070/62, era administrado como Território Federal, uma figura jurídica criada para justificar a autoridade do Governo Federal sobre a região tendo, inclusive, a prerrogativa de proceder com a nomeação de governadores por ato da Presidência da República. Essa situação se manteve até a elevação do Território Federal do Acre à condição de Unidade Federada em 15 de junho de 1962, no governo João Goulart (1961-1964), ano no qual se realizou a primeira eleição direta para escolha do Governo do Estado.

Com o golpe militar de 1964 e a implantação de uma ditadura civil-militar que perdurou até 1985, a Região Amazônica passou a ocupar um papel importante na geopolítica do regime que buscou incorporar o amplo espaço territorial ao projeto desenvolvimentista que foi adotado. É desse período a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), que norteou o processo desenvolvimentista que culminou com criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), importante polo industrial fomentador do desenvolvimento na região e dos grandes projetos agropecuários.

Fato é que, a partir da década de 1970, o Acre passou a ser ocupado por grupos empresariais e fazendeiros, em sua maioria oriundos do centro-sul do país e que aqui receberam a denominação de “paulistas”. Estes, ao adquirirem os falidos seringais, iniciaram um processo de desocupação forçada dos antigos habitantes que, há décadas, sobreviviam da agricultura familiar, do extrativismo vegetal, da caça e da pesca.

Nesse contexto, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo agravamento dos conflitos agrários que ocasionaram dezenas de mortes na luta pela terra, dentre elas as dos líderes sindicais Wilson Pinheiro, ocorrida em Brasília, em 1980 e a de Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988, em

Xapuri. Este último crime ganhou repercussão mundial e promoveu mudanças na política de preservação da terra no Brasil com a criação das primeiras reservas extrativistas do país, em 1989.

No Acre, as lutas pela posse da terra ocorridas nesse período propiciaram o surgimento de uma nova força localizada no espectro político à esquerda, ancorada na igreja católica e no sindicalismo rural e urbano, defensora dos seringueiros, posseiros, índios e colonos. O Partido dos Trabalhadores (PT) dividiu o protagonismo no campo da esquerda com o então clandestino Partido Comunista do Brasil (PC do B), abrigado nas hostes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Esse movimento é assim identificado no trabalho de Souza (2016) quando o autor assinala que:

A partir dos anos 1980, o movimento dos trabalhadores rurais passa a contar com novos apoios/adesões especialmente de dois atores sociais forjados dos movimentos sociais da sociedade civil das metrópoles nacionais e internacionais. O Partidos dos Trabalhadores-PT, que surge no limiar dos processos de redemocratização do país, e um insurgente movimento ambientalista de amplitude mundial que aparece questionando as políticas desenvolvimentistas predatórias especialmente aquelas postas pelos governos na Amazônia (Souza, 2016, p. 164).

Com forte inserção nos movimentos sociais, estudantil e sindical, o PT e o PC do B à frente de uma coligação partidária denominada Frente Popular do Acre (FPA), que incluía ainda o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Verde (PV), o Partido Social Liberal (PSL), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), venceram as eleições de 1998, elegendo Jorge Viana Governador do Acre.

AS MUDANÇAS DE RUMO NA POLÍTICA E NA AGENDA EDUCACIONAL DO ACRE

A gestão FPA, iniciada em janeiro de 1999, promoveu profundas mudanças no gerenciamento do Estado, pois a realidade encontrada pelo novo governo era de terra arrasada: salários atrasados, prédios públicos destruídos e

nenhuma lógica de funcionamento do aparelho de Estado. A solução para mudar essa realidade havia sido apresentada desde a campanha eleitoral de 1998 e consistia em realizar uma ampla reforma do aparelho de Estado visando torná-lo adequado para dar as respostas que a população esperava.

De acordo com Almeida Júnior (2006), a realidade encontrada no setor educacional, por exemplo, fez com que a Secretaria de Estado de Educação (SEE/AC) iniciasse a gestão buscando resolver questões básicas:

Após os primeiros meses de “arrumação”, a Secretaria tratou de colocar em prática as recomendações de Matus (1994), viabilizando o equilíbrio entre projeto, recursos e governabilidade. Para isso priorizou o trabalho de elaborar, legitimar e comprometer prática e politicamente os gestores e parte dos funcionários com um planejamento estratégico, como forma de ultrapassar as ações sem propósitos claros e sem unidade entre as escolas, para a efetiva construção de um sistema de ensino (Almeida Júnior, 2006, p. 57).

No caso das reformas educacionais efetivadas no Acre, observa-se que elas reorganizaram fortemente o aparelho estatal, a gestão da SEE/AC e das próprias escolas públicas da rede estadual. Essa reorganização se ancorou no primeiro Plano Estratégico (PES/SEE), elaborado no início da primeira gestão da FPA, em 1999. O PES/SEE, conforme destaca Almeida Júnior (2006, p. 58), foi “o instrumento de navegação” que possibilitou à SEE corrigir os rumos até então tomados e orientar a equipe interna para uma visão do conjunto, bem como “superar desencontros entre projetos fragmentados e ações estanques em uma rede de escolas pulverizadas e desconectadas”.

Pode-se pontuar que o PES/SE, em grande parte, foi influenciado por alguns materiais produzidos pelo Banco Mundial (BM), dentre as quais se destaca a obra do chileno Carlos Matus e os trabalhos de Antônio Carlos da Ressurreição Xavier e José Amaral Sobrinho, então dirigentes do Programa Fundescola e autores do manual Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), utilizado pelo MEC, em cofinanciamento do Banco Mundial.

Além da já conhecida influência do pensamento de Carlos Matus³, o Planejamento Estratégico Situacional (PES) implementado pela SEE também sofreu forte influência dos trabalhos de Antônio Carlos da

Ressurreição Xavier, à época Presidente do FUNDESCOLA, que era um Programa do Ministério da Educação (MEC), com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e que posteriormente assumiu o cargo de assessor especial do governador Binho Marques (2007-2010), ficando a seu encargo todo o planejamento estratégico do governo estadual (Morais, 2016, p. 50).

Por se tratar de um instrumento de planejamento flexível, sem as amarras de um planejamento tradicional, o PES foi construído e reconstruído diversas vezes ao longo dos anos, razão pela qual identificamos a existência de três PES ao longo das gestões da FPA no governo acreano, (1999-2006, 2007-2010 e 2011-2014).

Para Scaff (2006), o modelo de Planejamento Estratégico que passou a ser implementado nas secretarias estaduais e municipais de educação do Brasil tem nítida inspiração nas formulações dos organismos internacionais, dos quais o Banco Mundial é o principal fomentador, pois segundo a autora

O enfoque técnico-pedagógico visa elevar a produtividade do Sistema Educacional, buscando sua adequação à estrutura sócio-econômica, sem novos ônus financeiros. Nesse sentido, não corresponde à uma visão qualitativa, que leve em conta as especificidades da área educacional e que permita a efetiva participação dos mais diversos segmentos da Comunidade Escolar nas decisões, posto que se estrutura sobre objetivos e métodos pré-determinados, com vistas a atender às necessidades administrativas e econômicas (Scaff, 2006, p. 52).

Para Almeida Júnior (2006), o desenho do PES mostrava que a SEE/AC tinha objetivos bem definidos: garantir qualidade na educação básica, assegurar condições mínimas de funcionamento das escolas, modernizar a gestão educacional e democratizar o acesso e a permanência ao ensino público e gratuito.

Os PES que nortearam a construção das políticas que desencadearam as reformas educacionais de caráter gerencialista no Acre, são produtos daquilo que na abordagem do ciclo de políticas se denominou de contexto da influência:

onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da

educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política (Mainardes, 2006, p. 51).

Ball (1992) destaca que é no contexto da influência para a produção da política que temos a atuação direta de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento da Educação (OCDE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Educação (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que defendem e patrocinam a formulação e efetivação de políticas desta natureza nos mais diferentes países, recontextualizando-as de acordo com as especificidades de cada um deles.

A inegável influência exercida pelos organismos multilaterais na formulação das políticas está fortemente ligada aos interesses ideológicos defendidos por estas instituições, como o liberalismo econômico e o novo do papel do Estado, intrinsecamente ligados a um modelo econômico fortemente atrelado a um sistema mundial integrado com o mercado, que passou a ser defendido a partir de meados da década de 1980 (Ball, 1992).

Porém, algumas das tarefas a serem executadas já mostravam claramente a presença do gerencialismo consoante ao que se fazia no MEC, à época: implantação e implementação de sistemas de informações gerenciais, capacitação de professores, capacitação de técnicos, descentralização de recursos para as escolas estaduais, monitoramento do rendimento escolar, acompanhamento e monitoramento escolar, municipalização do ensino fundamental e reordenamento da rede públicas, são alguns dos exemplos.

ENTRE ORIENTAÇÕES E REFORMAS: o redirecionamento da política educacional acreana

Já nos primeiros meses da nova gestão da SEE/AC houve a reestruturação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração da Educação - PCCR (Lei Complementar n° 67, de 29 de junho de 1999), que reorganizou toda a carreira dos trabalhadores em educação. Uma das modificações mais significativas

consistiu em substituir a antiga progressão automática por um novo parâmetro que combinava critérios como: tempo de serviço, avaliação de desempenho, qualificação em instituições credenciadas e os conhecimentos.

Por essa lógica se procurava efetivar na política educacional do Acre a introdução da progressão funcional vinculada à avaliação de desempenho. Porém, embora prevista no plano legal nunca chegou a ser efetivada na prática. Cabe destacar que a avaliação de desempenho prevista no PCCR da educação acreana é um dos preceitos do receituário da Nova Gestão Pública (NGP).

A Lei de Gestão Democrática (Lei n°. 1.513, de 11 de novembro de 2003) adotou, igualmente, conceitos defendidos pelos organismos internacionais e incorporou diretrizes e orientações de caráter gerencialista nos termos da NGP como, por exemplo, gestão descentralizada, participativa, estratégica, de resultados e com efetiva prestação de contas.

Outra política realizada no contexto das reformas educacionais do Acre foi a de descentralização financeira, materializada no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Estadual), o qual foi inspirado em um programa similar ao criado pelo MEC, em 1995. O PDDE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi criado no contexto da implementação das reformas do Estado brasileiro, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Estas reformas foram concebidas pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luís Carlos Bresser Pereira, “teórico da Reforma do Estado no Brasil, (que) tem como base teórica e política a Terceira Via” (Peroni, 2006, p. 288).

É importante salientar que a descentralização de recursos constava já primeiro PES/SEE (1999-2006), que naquele contexto defendia essa política com os seguintes argumentos:

A descentralização, a participação e a autonomia estão presentes nos projetos do Estado do Acre desde 1999. Por intermédio da descentralização, que é um tema que vem sendo discutido no âmbito do Governo do Estado, estão sendo aprimoradas novas técnicas para implantação das ações da SEE/AC. A SEE - AC dispõe de um programa de Descentralização de Recursos para as Escolas Estaduais. Esse programa faz parte de uma política de descentralização

administrativa e financeira, visando garantir a manutenção de suas atividades básicas (Acre; PES 1999-2006).

Cabe ressaltar que as ações efetivadas pela SEE/AC mostram, claramente, uma reorganização da gestão do sistema de ensino e das escolas no formato gerencial a partir da adoção de: programas de descentralização financeira; programa de modernização da gestão com a criação de curso de capacitação para dirigentes escolares mesclando o componente técnico com a escolha política (eleição); implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) como metodologia de planejamento em todas as escolas estaduais; criação de ferramentas de monitoramento da gestão; criação de um sistema estadual de avaliação em larga escala para aferir o desempenho dos alunos e a criação de uma política estadual de bonificação.

Destacamos, ainda, que é possível identificar princípios das políticas de accountability em todos os PES elaborados pela SEE/AC, aspecto que concorre para denotar que o modelo de reformas educacionais acreanas tomaram por padrão de políticas aquilo que era disseminado pelos organismos internacionais e nacionais com destaque para o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Ministério da Educação e organizações da iniciativa privada, como o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Roberto Marinho, que à época desenvolviam parcerias com a SEE/AC.

Importante destacar que as reformas educacionais efetivadas, no período de 1999 a 2010, tiveram efetiva liderança de Arnóbio Marques de Almeida Júnior seja à frente da SEE/AC como Secretário de Estado de Educação, seja como Governador do Estado em cujo mandato foram criados o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE) e a Política de Bonificação do Magistério Público Estadual (VDP e VDG).

Oportuno ressaltar que o Estado do Acre, especialmente a partir da gestão do Governador Binho Marques (2007-2010), reforçou a necessidade de se adotar parâmetros, padrões e instrumentos de verificação da efetividade da política educacional então desenvolvida.

Dentre essas ações incluem-se, ainda, a constituição de novas orientações curriculares para a educação básica; a realização de processos de formação continuada para gestores escolares e professores com vistas à implementação do novo currículo; ações de acompanhamento pedagógico desenvolvidas por técnicos da SEE/AC; criação de um sistema próprio de avaliação da aprendizagem, o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE), e a introdução dos prêmios de valorização para professores e equipes gestoras, os Prêmios de Valorização e Desenvolvimento Profissional (VDP) e o Prêmio de Valorização e Desenvolvimento da Gestão (VDG) (Calixto, 2017; Moraes, 2016; Nogueira, 2015).

Essas iniciativas, conforme destacado anteriormente, tiveram aporte financeiro do Banco Mundial (BM) através do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE).

O PROACRE foi formulado nos primeiros meses da gestão do governador Binho Marques (2007-2010) e foi oficializado em outubro de 2007. O Programa previa investimentos de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), dos quais 80% (oitenta por cento), ou US\$ 120.000.000,00 seriam financiados pelo Banco Mundial e os 20% (vinte por cento) restantes, ou US\$ 30.000.000,00, seriam contrapartida do governo do estado do Acre.

Na época, com o dólar cotado a R\$1.90, os valores do Programa atingiram a cifra de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), que atualizados para a 82 cotação do dólar em abril de 2023, que é de R\$ 5,05, totalizaria R\$ 757.500.000,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais).

Em tese de doutoramento defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2016, intitulada “Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta”, Souza (2016) discute as políticas de desenvolvimento sustentável efetivadas no Acre a partir do final da década de 1990, com financiamento de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM).

O autor afirma que:

O Estado do Acre tem operado, desde o final do século passado, no campo das políticas públicas de desenvolvimento, basicamente com dois grandes programas fundamentados nas ideias de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental: O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre-PDSA e o Programa de Desenvolvimento Econômico e Inclusão Social do Acre-PROACRE (Souza, 2016, p. 284).

Ao discutir sobre a fundamentação e importância do PROACRE para o projeto de Governo da FPA, o autor ressalta que:

[...] o PROACRE (BANCO MUNDIAL, 2008) - (tem como) objetivo se volta para o aspecto humano da floresta. Seu fundamento se assenta na modelação dos condenados afim de, racializando-os sob novos parâmetros, inculcir/modelá-los a/à racionalidade econômica-mercadológica [...] a finalidade do PROACRE é voltada para o investimento, não na estrutura produtiva como acontece com o PDSA, mas especialmente nas populações urbanas e rurais mais empobrecidas, a fim de incluí-las por meio de ações envolvendo os setores da saúde, da educação e da produção. Mas, de qualquer modo, tal intento é tido pelo Banco Mundial como parte integrante das ações desenvolvimentistas [...] (Souza, 2016, p. 286-295).

Por fim, o autor defende, ainda, que:

É a partir e em torno de tais programas que vem sendo construído, para fins de sua sustentação jurídica, científica e política, um variado e complexo arcabouço de normas, ações político-administrativas, produção historiográfica e midiática, como também de discursos e práticas governamentais tecno-científicas os quais têm o desenvolvimentismo como mola epistêmica mestra, fontes das quais se pretende extrair análises com vistas à comprovação das diversas hipóteses advindas de sua compreensão nos contextos do sistema-mundo moderno colonial, nos âmbitos global e local (Souza, 2016, p. 287).

A propósito da caracterização do PROACRE, concorda-se com Souza (2016) quando evidencia tratar-se de um programa fundamental para o modelo de governança defendido pelas três primeiras gestões da FPA: Jorge Viana (1999 a 2006) e Binho Marques (2007 a 2010), com discursos assentados no desenvolvimento econômico e social, na proteção ambiental e na defesa das populações tradicionais e no empoderamento das comunidades. Inclusive, cabe destacar que, houve um grande esforço por parte destes governos na construção

de uma narrativa com forte inserção nas campanhas de mídia na imprensa local para justificar as propostas defendidas por esse grupo político.

O PES que se constituiu em uma importante ferramenta gerencial durante as três primeiras gestões da FPA no governo, perde essa característica na gestão de Tião Viana (2011-2018), à medida que gradualmente passou a ser substituído por práticas de improviso e pelo atendimento de demandas de balcão que acabaram por distanciar o governo do desenvolvimento de uma política voltada para ampliar o direito à educação para todos.

Assim, durante as duas gestões do Governo de Tião Viana (2011 e 2018), pode-se dizer que houve um rompimento com esse modelo de desenvolvimento, passando o Governo a priorizar ações de desenvolvimento mais centradas em parcerias com a iniciativa privada como são os casos das empresas Peixes da Amazônia SA, Dom Porquito e Acreaves focadas, respectivamente, na produção e exportação de peixes, carnes e produtos de origem suína, de ave e seus derivados.

Conforme previsto no protocolo de intenções junto ao Banco Mundial, denominado Carta Consulta PROACRE BIRD, o Programa seria constituído de quatro componentes guarda-chuvas, sendo três finalísticos e um de suporte operacional, a saber:

- (i) Ampliação e Fortalecimento do Sistema Público de Educação;
- (ii) Promoção e Modernização do Sistema Estadual de Saúde;
- (iii) Desenvolvimento Comunitário Sustentável; e
- (iv) Gestão do PROACRE (Carta consulta PROACRE, 2007, p. 38).

Tratando do componente Educação, o PROACRE definia como seu objetivo específico “melhorar a eficácia do Sistema Estadual de Educação e a qualidade dos seus serviços, aumentar a eficiência da rede pública estadual e promover o desenvolvimento institucional da Secretaria de Estado de Educação.” (PROACRE, 2007, p. 37). Este componente tinha uma previsão de US\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de dólares americanos) e por sua vez, dividia-se em três subcomponentes, a saber:

Subcomponente 1.1: Qualidade e Inclusão Social no Sistema Estadual de Educação (SEE)

A melhoria da eficiência interna do Sistema depende do êxito do processo de escolarização das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, através do domínio de competências e habilidades relativo à alfabetização, de forma a impedir o aumento da distorção idade-série.

O Estado busca garantir padrão de qualidade para as escolas públicas, articulando programas de formação em serviço para os professores e com a construção e implementação de materiais, que auxiliem o professor nas estratégias de ensino, que assegurem ao aluno obtenção de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para enfrentar os desafios do processo de desenvolvimento do Estado. Assim, as ações apresentadas neste subcomponente propõem a construção de um padrão de atendimento a partir dos desafios comuns às redes de ensino, tais como:

- aperfeiçoar a Política Estadual de Educação e os mecanismos para sua avaliação;
- conceber e implementar o Sistema de Avaliação da Educação Básica no Acre em complemento ao SAEB e à Prova Brasil;
- normatizar a operação e o funcionamento das unidades e agentes do SEE;
- supervisionar os agentes do SEE e operar a Inspeção Escolar;
- expandir o regime de colaboração entre o Estado e os Municípios no âmbito do Ensino Fundamental e implementação dos seus mecanismos;
- prover assessoria técnica e operacional aos Municípios para a melhoria do desempenho das suas redes de ensino;
- apoiar técnica e financeiramente os Municípios para a adequação da rede Pré-escolar (ampliação e construção de escolas);
- elaborar e implementar a aplicação das sequências didáticas para cada um dos ciclos do Ensino Fundamental;
- promover a capacitação de professores da rede pública na aplicação das sequências didáticas;
- reproduzir materiais didáticos para uso nas escolas da rede pública de Ensino Fundamental; e
- promover a capacitação de professores da rede pública na aplicação dos materiais didáticos disponibilizados para uso nas escolas da rede pública de Ensino Fundamental.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 25 milhões (Carta consulta PROACRE, 2007, p. 38-40).

O primeiro dos subcomponentes apresentados na carta consulta do PROACRE, enviada ao Banco Mundial em outubro de 2007, ao tratar da eficiência do sistema de ensino e da criação de um padrão de qualidade para a educação do Acre, vai de encontro a muitos dos preceitos defendidos pela NGP e seus apologistas como, por exemplo, a avaliação da política estadual para o setor, a criação e implementação de um sistema estadual de avaliação da aprendizagem, além das políticas de descentralização de recursos financeiros

para escolas e para os municípios que aderissem às propostas defendidas para o setor.

Esse sistema de avaliação foi criado em 2009 com a denominação de “Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar - SEAPE”, concebido como um sistema de avaliação complementar ao SAEB, construído em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

O subcomponente seguinte era mais voltado ao desenvolvimento de ações que, de acordo com o governo, fossem capazes de melhorar a qualidade da educação acreeana, como a construção de materiais didáticos, a definição de padrões operacionais para as escolas urbanas e rurais com a adequação de seus espaços físicos à cada nível e modalidade de atendimento, incluindo equipamentos e mobiliários, além de ações mais voltadas ao aspecto pedagógico, mas sem fugir ao modelo gerencial do Plano de Desenvolvimento as Escola, modelo de planejamento adotado pelo MEC na gestão de Paulo Renato Souza (1995-2002), então Ministro da Educação:

Subcomponente 1.2: Melhoria da Qualidade de Ensino na Rede Estadual de Educação

A estratégia é dotar a rede de infraestrutura adequada, construção de sequências didáticas para o Ensino Médio e produção de materiais correspondentes que possibilitem aos professores a efetivação de práticas pedagógicas, articuladas com o contexto dos 85 alunos, proporcionando uma aprendizagem significativa. A extensão dessa estratégia para a zona rural/florestal, com inovações tecnológicas, será fundamental para a universalização do ensino e o desenvolvimento local, compreendendo basicamente as seguintes ações:

- aperfeiçoar e validar os padrões operacionais básicos para as escolas da rede estadual;
- adequar (ampliação física e funcional e reforma das instalações) as escolas existentes na rede estadual;
- complementar mobiliário e equipamentos das escolas existentes na rede estadual;
- construir escolas de Ensino Médio;
- desenvolver as sequências didáticas para todas as séries do Ensino Médio;
- promover a capacitação de professores de todas as séries do Ensino Médio na aplicação das sequências didáticas;
- selecionar e implementar programas para aplicação na correção da distorção idade-série nas escolas da rede estadual;

- expandir o Programa Asas da Florestania. (5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental) para a zona rural;
- conceber e implantar proposta para atendimento da clientela de Ensino Médio no meio rural;
- ampliar o atendimento para a Educação de Jovens e Adultos;
- ampliar a rede e proporcionar a melhoria da qualidade de ensino nas escolas indígenas;
- adequar os recursos técnico-pedagógicos para atendimento aos portadores de necessidades especiais e de jovens em situação de risco;
- fortalecer a autonomia escolar na rede estadual;
- universalizar a adoção e promover a implementação de Plano de Desenvolvimento da Escola na rede estadual; e
- capacitar dirigentes escolares e integrantes dos Conselhos de Gestão Escolar da rede estadual. A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 28 milhões (Carta consulta PROACRE, 2007, p. 38-40).

O terceiro e último dos subcomponentes voltados à educação no PROACRE se destinava, exclusivamente, ao aperfeiçoamento dos padrões e processos desenvolvidos na SEE/AC e incluía ações de monitoramento dos programas em execução na rede estadual de ensino, a implementação de políticas de formação, desenvolvimento de ferramentas gerenciais para a gestão da Secretaria (lotação de servidores e movimentação de pessoal) e das escolas (matrículas e a execução dos recursos financeiros), aparato esse que adquiriu forma mormente à contratação da Fundação Luís Eduardo Magalhães - Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública - (FLEM), uma fundação privada com sede no Estado da Bahia.

É importante destacar que a equipe da FLEM desenvolveu o processo de avaliação e certificação para diretores escolares no ano de 2007, além de softwares de gerenciamentos como o SIGE e o SAGE, adotados então pela SEE/AC, resultando no fato de que duas dirigentes desta Fundação acabaram assumindo cargos na Secretaria de Gestão Administrativa (SGA), nas gestões de Binho Marques (2007 a 2010) e Tião Viana (2011 a 2018), participando da formulação e efetivação de políticas voltadas para a capacitação de servidores públicos do estado.

Subcomponente 1.3: Desenvolvimento Institucional da Secretaria de Estado de Educação
Para este subcomponente estão previstas as seguintes ações:

- aperfeiçoar a sistemática de planejamento operacional e monitoramento dos programas da Secretaria;
- conceber e implantar programa de formação continuada dos gestores da Secretaria;
- aperfeiçoar os processos de gestão de pessoas na Secretaria;
- qualificar os processos de gestão patrimonial da Secretaria;
- adequar sistemas e modernizar o parque tecnológico de Informática (equipamentos, software e rede) da Secretaria;
- conceber e operar processo de supervisão central de operação e funcionamento das escolas da rede estadual (matrícula, lotação e movimentação de pessoal); e
- modernizar e ampliar a capacidade técnica e operacional da Fundação Elias Mansour, especialmente a TV Educativa e Sistema de Rádio Difusão.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 5 milhões (Carta consulta PROACRE, 2007, p. 38-40).

No caso da realidade acreana, pode-se dizer que atuação do BIRD no desenvolvimento das políticas educacionais transcendeu o financiamento, a considerar que processo de elaboração do projeto contou com a participação ativa dos consultores do Banco, especialmente, na difusão de ideias já realizadas em outros projetos com a intenção clara influenciar diretamente o planejamento das ações a serem desenvolvidas com vistas ao alcance dos resultados esperados.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Concorda-se com Shiroma, Campos e Garcia (2005), quando as autoras discutem o papel exercido pelos organismos internacionais na efetivação das reformas educacionais, pois segundo elas houve uma forte influência dos:

organismos multilaterais como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros, que por meio de seus documentos não apenas prescreviam as orientações a serem adotadas, mas também produziam o discurso “justificador” das reformas que, preparadas em outros contextos, necessitavam erigir consensos locais para sua implementação. Tais agências produziram a reforma e exportaram também a tecnologia de fazer reformas (Shiroma; Campos; Garcia, 2005, p. 450).

Destaca-se que as ações efetivadas pela SEE/AC mostram claramente uma reorganização da gestão do sistema de ensino e das escolas no formato gerencial, com programas de descentralização financeira, programa de modernização da gestão com a criação de curso de capacitação para dirigentes escolares mesclando o componente técnico com a escolha política (eleição), implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) como metodologia de planejamento em todas as escolas estaduais; criação de ferramentas de monitoramento da gestão, criação de um sistema estadual de avaliação em larga escala para aferir o desempenho dos alunos, mas, principalmente a criação de uma política estadual de bonificação inspirada nos modelos defendidos pelos organismos internacionais.

Assim, pode-se dizer que a política educacional efetivada no Estado do Acre foi fortemente influenciada pela agenda e conceitos da NGP sob orientação do Banco Mundial, que assumiu o papel de financiar os recursos necessários para a concretização destas políticas.

As políticas de accountability, por exemplo, expressaram a configuração do Estado regulador no campo educacional do Estado do Acre no sentido de que criaram mecanismos que permitissem à administração do sistema de ensino garantir o controle dos processos desenvolvidos nas escolas, do que era ensinado até os padrões de qualidade verificados por meio de seus instrumentos de avaliação, naquilo que Maroy (2013), denominou de regulação pós-burocrática, típica de um Estado avaliador.

Por fim, cabe destacar uma situação paradoxal: as reformas educacionais e do aparelho do Estado desencadeadas no Acre sob inspiração das políticas neoliberais defendidas pelos organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial, que financiou inúmeros projetos no Estado, como o já citado PROACRE, foram realizadas em governos localizados no espectro político mais à esquerda com forte ligação com os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ACRE. *Lei nº. 3.141, de 22 de julho de 2016*. Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública estadual de educação básica do Acre, 2016. Disponível em: <https://legis.ac.gov.br/detalhar/2259> Acesso em: 13 out. 2025.

ACRE. *Lei nº. 1.513, de 10 de novembro de 2003*. Dispõe sobre a gestão democrática do sistema de ensino público do Estado do Acre e dá outras providências, 2003. Disponível em: <https://www.legis.ac.gov.br/detalhar/1051> Acesso em: 13 out. 2025.

ACRE. *Lei nº. 67, de 29 de junho de 1999*. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual e dá outras providências, 1999. Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Lei-Complementar-no-67-de-1999-Dispoe-sobre-o-PCCR-dos-profissionais-do-ensino-publico-estadual.pdf> Acesso em: 13 out. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Arnóbio Marques de. *O Planejamento Estratégico e a reforma educacional do Acre*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), 2006.

BALL, Stephen John. *Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação*. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, Jul/Dez 2001.

CALIXTO, Josenir de Araújo. *O sistema público de educação e o regime de colaboração: uma experiência do Estado do Acre e do município de Rio Branco no período de 2005 a 2012*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco (AC), 2017.

MAINARDES, Jeferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAROY, Christian. *Estado avaliador, accountability e confiança na instituição escolar*. *Revista Educação e Políticas em Debate* - v. 2, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2013.

MORAIS, Jean Mauro de Abreu. *A regulação do trabalho escolar no contexto das reformas educacionais no Estado do Acre*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco (AC), 2016.

NOGUEIRA, Rivanda dos Santos. *Avaliação em larga escala como regulação: o caso do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar - SEAPE/Acre*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba (PR), 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. *O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto de mudanças na configuração do Estado*. In. GOUVEIA, Andréa Barbosa;

SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura. (Orgs.) *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. *Planejamento da educação e cooperação internacional: Uma análise dos programas Monhangara e Fundescola*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP), 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. *Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos*. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SOUZA, João José Veras de. *Seringalidade: A colonialidade no Acre e os condenados da floresta*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), 2016.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. *Trópicos. Uwa 'Kürü* - Dicionário analítico - volume 5. (Orgs.) ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf. Rio Branco: Nepan Editora; Edufac, 2020.

Recebido em: 30/04/2025
Aprovado em: 25/10/2025
Publicado em: 19/12/2025